

CAPITULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 1º

(Constituição, Denominação e Sede)

É constituída uma associação denominada Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, abreviadamente designada por AEISCEE - Mindelo, e tem a sua sede em Mindelo – São Vicente.

ARTIGO 2º

(Objecto)

1. A AEISCEE - Mindelo tem por objecto:
 - a) Promover a convivência estudantil no ISCEE, a defesa dos direitos e interesses dos estudantes;
 - b) Promover a formação cívica, cultural e científica dos seus membros;
 - c) Defender e promover os valores fundamentais da cidadania;
 - d) Criar serviços de consulta dos associados;
 - e) Cooperar com todos os organismos ligados à problemática da educação, nacionais ou estrangeiros, cujo princípios não contrariem os aqui definidos;
 - f) Promover reuniões para debate de problemas relacionados com o seu objecto;
 - g) Apoiar ou participar em acções úteis à melhoria das condições pedagógicas do Instituto;
 - h) Colaborar em geral com entidades nacionais ou estrangeiras que prossigam fins análogos ou que, pela sua natureza, possam apoiar as acções desenvolvidas pela associação;
 - i) Exercer quaisquer outras atribuições previstas na lei;
 - j) Defender os direitos e os legítimos interesses dos alunos do ISCEE, podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas à realização dos fins preconizados pela associação, participando na discussão dos problemas educativos e sociais do instituto.
2. A AEISCEE - Mindelo não tem fins lucrativos e não prossegue fins políticos, religiosos ou outros não compreendidos no seu objecto.

CAPÍTULO II

MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 3º
(Dos Associados)

1. Podem ser associados AEISCEE - Mindelo.
 - a) Fundadores
 - b) Ordinários
 - c) Honorários
 - d) Todos os alunos do ISCEE devidamente matriculados.
2. Consideram-se sócios fundadores, todos aqueles que participaram na Assembleia constitutiva da AEISCEE - Mindelo ou nos trabalhos preparatórios.
3. Podem ser sócios ordinários, todos os estudantes internos do ISCEE, que cumpram as regras de inscrição em vigor.
4. São sócios honorários as pessoas singulares ou colectivas, merecedoras dessa distinção por relevantes serviços que prestam à Associação ou à causa dos estudantes.
5. A nomeação de sócios honorários é feita pela Assembleia-geral, mediante proposta fundamentada da direcção.

ARTIGO 4º
(Sanções)

Aos associados que infringirem os seus deveres estatutários serão aplicáveis as seguintes sanções, por ordem de gravidade:

- a) Advertência escrita;
- b) Suspensão;
- c) Suspensão com perda do direito de eleger e de ser eleito;
- d) Demissão.

ARTIGO 5º
(Competência Disciplinar)

1. A competência disciplinar pertence aos órgãos deliberativos e executivos da Associação.
2. A sanção prevista na alínea d) do artigo quarto só pode ser aplicada pela Assembleia-geral, mediante proposta fundamentada pela direcção.
3. À sanção prevista nas alíneas b) e c) do artigo quarto cabe recurso, com efeito suspensivo, para o Conselho de Disciplina no prazo de dez dias úteis a contar do dia da notificação da decisão.

ARTIGO 6º

(Prescrição)

O direito de aplicar sanções prescreve no prazo de dois meses a contar do conhecimento da infracção e, em qualquer caso, seis meses sobre a data da infracção.

ARTIGO 7º

(Direitos dos Associados)

1. São direitos dos associados:

- a) Receber os boletins informativos da AEISCEE - Mindelo;
- b) Ter acesso privilegiado à documentação e às publicações editadas pela associação;
- c) Utilizar os serviços de consulta, apoio e documentação disponibilizados pela AEISCEE – Mindelo;
- d) Participar na Assembleia-geral com direito a voto;
- e) Eleger e ser eleito para os órgãos da AEISCEE - Mindelo
- f) Participar nos trabalhos da AEISCEE - Mindelo
- g) Usufruir de todas as regalias que a AEISCEE - Mindelo possa proporcionar;
- h) Propor aos órgãos competentes da AEISCEE - Mindelo as iniciativas que julguem adequadas ou convenientes à prossecução dos objectivos e fins da mesma.

ARTIGO 8º

(Direito dos sócios Honorários)

Os sócios honorários têm direito a diploma comprovativo dessa qualidade e gozam ainda dos direitos consignados nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior.

ARTIGO 9º

(Deveres dos Associados)

São deveres dos associados:

- a) Contribuir para o prestígio da AEISCEE - Mindelo, nomeadamente, pagamento de quotas e outros;
- b) Participar activamente nas suas actividades;
- c) Denunciar todos os casos que possam constituir ofensas aos direitos e legítimos interesses dos estudantes;
- d) Zelar pelo direito e defesa dos estatutos e pelas deliberações dos órgãos da Associação.

CAPITULO III

ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 10º

(Dos órgãos)

1. A AEISCEE - Mindelo tem como órgãos a Assembleia-geral, a Direcção, o Conselho Fiscal e o Conselho de Disciplina.
2. Os titulares dos cargos sociais são eleitos por meio de listas e os mandatos são por dois anos, mantendo os seus titulares em exercício até a tomada de posse dos novos titulares eleitos.

SECÇÃO I

ASSEMBLEIA-GERAL

ARTIGO 11º

(Composição)

1. A Assembleia-Geral é o órgão deliberativo máximo da AEISCEE - Mindelo.
2. A Assembleia-Geral é constituída pelos membros da AEISCEE - Mindelo.
3. Terão ainda assento na Assembleia, sem direito de voto, os sócios honorários.
4. A Assembleia-geral pode convidar quem entender, desde que seja considerado útil a sua participação nos trabalhos.
5. A mesa da Assembleia-geral, é constituída por um Presidente, um vice-presidente, que o substitui nas suas faltas ou impedimentos e um secretário.

ARTIGO 12º

(Competência)

Compete à Assembleia-Geral:

- a) Eleger os membros dos órgãos da AEISCEE - Mindelo, em reunião especialmente convocada para esse fim;
- b) Aprovar o plano de actividade e o orçamento, podendo introduzir as modificações que achar conveniente;
- c) Proceder a demissão de associados;
- d) Apreciar e votar o relatório e contas da Direcção;

- e) Fixar as quotas dos associados mediante proposta da Direcção;
- f) Deliberar sobre a filiação da AEISCEE em organizações nacionais e internacionais;
- g) Pronunciar-se sobre quaisquer assunto que lhe seja proposto nos termos destes estatutos;
- h) Dissolver a AEISCEE - Mindelo.

ARTIGO 13º

(Reunião)

1. A Assembleia-geral reúne ordinariamente durante o primeiro mês do primeiro semestre de cada ano lectivo para apreciação do relatório e contas do exercício do ano anterior e aprovar o Plano de Actividade para o ano seguinte.
2. A Assembleia-geral reúne extraordinariamente a requerimento da direcção ou a requerimento, dirigido ao Presidente da mesa da Assembleia-geral, de pelo menos, um quinto (1/5) dos Associados.
3. As deliberações da Assembleia-geral são tomadas por maioria simples, salvo se a mesa optar por uma forma diferente de deliberar.
4. Caso, à hora marcada, não estiver a maioria exigida no número anterior, a Mesa é soberana para decidir se o número de presenças é ou não suficiente para quórum.

SECÇÃO II

A DIRECÇÃO

ARTIGO 14º

(Natureza e Composição)

1. A Direcção é o órgão executivo da AEISCEE - Mindelo.
2. A Direcção é composta por 7 (sete) membros:
 - a) Um Presidente,
 - b) Um Vice-presidente,
 - c) Um Tesoureiro,
 - d) Um Secretário,
 - e) Três vogais.

ARTIGO 15º

(Competência)

1. Compete a Direcção:

- a) Dar execução às deliberações da Assembleia-geral;
 - b) Aprovar o seu regulamento interno;
 - c) Representar a AEISCEE – Mindelo perante terceiros, em juízo e fora dele, activa e passivamente.
 - d) Organizar e coordenar toda a actividade da AEISCEE - Mindelo;
 - e) Decidir sobre a admissão e a suspensão de sócios
 - f) Promover e apoiar a constituição de grupos de trabalho, grupos de estudo e comissões especiais, sempre que necessário;
 - g) Requerer a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia-Geral sempre que o entenda conveniente;
 - h) Elaborar e apresentar à Assembleia-geral o Plano de Actividades, a proposta de orçamentos, o Relatório de Actividades e o relatório de Contas;
 - i) Cumprir o programa com que se apresentou às eleições;
 - j) Em geral, praticar tudo o que seja necessário ou útil à prossecução dos fins da associação.
- 2. A Direcção reúne-se ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente sempre que convocada por iniciativa do presidente ou de três dos seus membros.
 - 3. A Direcção delibera com a presença de, pelo menos, metade dos seus membros e por maiorias absoluta dos presentes.
 - 4. Salvo quanto às competências referidas nas alíneas d), e f), todas as outras são delegáveis, no todo ou em parte, ao Vice-presidente.
 - 5. A AEISCEE - Mindelo obriga-se pelas assinaturas do Presidente, ou de quem o substituir, e de mais um membro da Direcção.

SECÇÃO III

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 16º

(Natureza e Composição)

- 1. O Conselho fiscal é o órgão fiscalizador da AEISCEE - Mindelo.
- 2. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-presidente e um secretário.

ARTIGO 17º

(Competência e Deliberação)

- 1. Compete ao conselho fiscal:
 - a. Velar pelo cumprimento dos estatutos;
 - b. Analisar as contas da AEISCEE - Mindelo sempre que achar necessário;

- c. Dar parecer sobre o relatório e contas apresentado anualmente pela direcção;
 - d. Requerer a convocação de reuniões extraordinárias da Assembleia-geral, sempre que o entenda conveniente;
 - e. Participar nas reuniões da Direcção, quando convocada, devendo dar parecer sob as matérias da sua competência.
2. O Conselho fiscal delibera por maioria simples.

SECÇÃO IV

CONSELHO DE DISCIPLINA

ARTIGO 18º

(Composição)

O Conselho de disciplina é um órgão composto por um Presidente, um Vice-presidente e um Vogal.

ARTIGO 19º

(Competência)

Ao Conselho de Disciplina compete:

- a) Apreciar e decidir os recursos interpostos das sanções aplicadas pela Direcção;
- b) Julgar os recursos interpostos pelos associados, das deliberações da Mesa da Assembleia-geral ou do respectivo presidente, com fundamento em violação da lei, dos estatutos e dos regulamentos em vigor;
- c) Apreciar e julgar quaisquer assuntos disciplinares submetidos nos termos regulamentares;
- d) Emitir pareceres sobre quaisquer assuntos disciplinares submetidos à sua apreciação pelos outros órgão da AEISCEE;
- e) Elaborar anualmente o relatório da sua actividade a ser apresentado à Assembleia.

ARTIGO 20º

(Reuniões)

O Conselho de Disciplina reunir-se-á sempre que o Presidente o convocar para apreciação da matéria da sua competência.

ARTIGO 21º

(Deliberação)

O conselho de Disciplina delibera com a presença de todos os seus membros e as suas decisões são aprovadas pela maioria dos mesmos, sendo os votos emitidos durante as sessões rigorosamente secretos.

SECÇÃO V

SISTEMA ELEITORAL

ARTIGO 22º

(Processo Eleitoral)

1. Os órgãos da AEISCEE são eleitos perante listas completas apresentadas para o efeito, por sufrágio secreto, directo e universal, de acordo com o regulamento eleitoral.
2. As listas a concorrerem para os órgãos electivos devem ser entregues a Mesa da Assembleia de acordo com o calendário eleitoral previamente publicado.

ARTIGO 23º

(Elegibilidade)

Será eleita a lista que obtiver a maioria do numero dos votos expressos.

ARTIGO 24º

(Reelegibilidade)

Após o cumprimento de dois mandatos consecutivos nenhum presidente de um órgão de gerência poderá recandidatar-se numa lista para o mesmo órgão no mandato seguinte.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITORIAS

ARTIGO 25º

(Dissolução da Assembleia)

1. A deliberação da Assembleia-geral sobre a dissolução da AEISCEE deve ter o voto favorável de três quartos dos membros que a compõem.

2. Em caso de liquidação do património da AEISCEE terá o destino que a Assembleia-geral decidir por maioria simples.

ARTIGO 26º
(Alteração aos Estatutos)

Os presentes estatutos só podem ser alterados em Assembleia-geral mediante o voto de pelo menos dois terços dos membros presentes.

ARTIGO 27º
(Garantias de Defesa)

1. Nenhum associado pode ser punido sem ter sido previamente ouvido, assegurando-se-lhe as mais altas garantias de defesa.
2. A nota de culpa deve caracterizar claramente a infracção imputada e fazer uma referência aos meios de prova.

ARTIGO 28º
(Receitas da Associação)

A AEISCEE tem como receitas as quotas dos seus associados, assim como quaisquer doações, subsídios, herança que venha a receber, o resultado da venda das suas publicações ou do pagamento de serviços prestados e quaisquer outras receitas não especificadas.

ARTIGO 29º
(Património inicial)

Constituiu património inicial da Associação a quantia de 5.000\$00 (Cinco mil escudos) referentes a participação dos sócios fundadores.

ARTIGO 30º
(Entrada em vigor)

Os presentes estatutos entram imediatamente em vigor.

Mindelo, 12 de Maio de 2009